



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 136

QUINTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 134, DE 1975 (CN)

da Comissão Mista, sobre as Propostas de Emenda à Constituição números 32, de 1975, que “modifica a redação do art. 39 da Constituição Federal”; 36, de 1975, que “altera a redação dos arts. 39 e 41, da Constituição Federal” e 53, de 1975, que “altera a redação do § 1.º do art. 17, a do caput do art. 39 e a do seu § 2.º, mantidas suas alíneas “a” do caput do art. 41 e seu § 1.º, e revoga o inciso V do art. 59, da Constituição”.

Relator: Senador Saldanha Derzi

Anexadas, porque incidem sobre o art. 39, as Propostas de Emenda à Constituição números 32, 36 e 53, de 1975, de autoria, respectivamente, dos ilustres Deputados Siqueira Campos, Francisco Amaral e Juarez Bernardes têm esse traço analógico: visam a alterar a Composição da Câmara dos Deputados, resultando em acréscimo da representação popular naquela Casa do Congresso Nacional.

Menos ampla, a Proposta de Emenda à Constituição n.º 32, de 1975, oferece duas modificações ao art. 39:

a) inclui a palavra Território no § 2.º, a fim de que, mantida a redação da alínea “a” desse dispositivo, tenham direito não a um, mas a três Deputados Federais;

b) altera a letra “c” do mesmo parágrafo, para que o acréscimo de mais um deputado, nos Estados com população eleitoral entre três milhões e um e seis milhões de eleitores, e só se verifique para cada grupo de quinhentos mil, e não de trezentos mil ou fração superior a cento e cinquenta mil, da alínea em vigor.

Entretanto, mantendo a redação da alínea “d” do dispositivo que pretende alterar, a Proposta resulta em “bis in idem”, ferindo, por esse meio, a técnica legislativa: aqui, no texto da Lei Maior, a abundância é de todo condenável, tendo-se a regra da conclusão como o principal parâmetro do princípio da “economia legislativa”.

“Data vênia”, o esclarecido autor, poderia ter proposto, para evitar a repetição indesejável num mesmo artigo, também a pura e simples supressão da alínea “d” do § 2.º do art. 39, desde que o critério nela contido é o mesmo da letra “c” sugerida na emenda.

2. Se aprovada a proposição, apesar da objeção preliminar acima apontada, teríamos, na próxima Legislatura “ad argumentandum”, eis que não dispomos de previsões e estatísticas eleitorais — a Câmara aumentada em seis representantes. E, a futuram, estariam prejudicados os Estados com população eleitoral superior a três milhões de eleitores, número a partir do qual a conquista de mais um representante só ocorreria “para cada grupo de quinhentos mil ou fração superior a duzentos e cinquenta mil”.

É óbvio que, em pleitos futuros — dado o crescimento do eleitorado na média de vinte por cento a cada quadriênio — o acréscimo verificado na representação federal dos Territórios seria compensado. Entretanto, veríamos em Estado como São Paulo, com um “quociente” de mais de 200 mil votos por Deputado Federal, nos Territórios, haveria “quociente eleitoral” de menos de dez mil votos.

No mérito, alega o esclarecido Autor:

“Os Territórios Federais constituem Unidades da Federação como qualquer Estado. Foram criados com vistas à elevação a Estado, tão logo atinjam as condições de auto-suficiência”.

A primeira proposição não nos parece, *data vênia*, juridicamente exata. Os Territórios não têm personalidade jurídica de Direito Público, embora seus Municípios a tenham, por mandamento constitucional, disciplinado pelo Decreto-Lei n.º 411, de 1969, que devolveu a autonomia às suas Câmaras Municipais, embora os respectivos prefeitos sejam nomeados pelo Governador, escolhido e demissível “ad nutum” pelo Presidente da República, nos termos do art. 17, §§ 2.º e 3.º da Constituição. Tanto isso é verdade, que o Território de Fernando de Noronha não passa de simples base militar sem Municípios: não constitui “Unidade da Federação”, mas, como os demais, área administrativa da União, embora o Decreto-Lei n.º 411, de 1969 reconheça a destinação a Estados dos Territórios Federais, do Amapá, Rondônia e Roraima.

Se o Acre teve, sempre, dois representantes, isso se deve a um mandamento da Constituição de 1946, que determinava a irredutibilidade da representação eleita no pleito de 1945. Parece-nos que um representante para cada Território — principalmente depois de devolvida a autonomia aos seus Municípios — basta para que o povo eleja seu mandatário federal, quando Brasília e Fernando de Noronha não têm esse direito.

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
EVANDRO MENDES VIANNA Diretor-Geral do Senado Federal	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Seção II Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal ASSINATURAS
ARNALDO GOMES Diretor-Executivo	Via Superfície: Semestre Cr\$ 100,00 Ano Cr\$ 200,00
PAULO AURÉLIO QUINTELLA Diretor da Divisão Administrativa	Via Aérea: Semestre Cr\$ 200,00 Ano Cr\$ 400,00
ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER Diretor da Divisão Industrial	(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30) Tiragem: 3 500 exemplares

3. A Proposta n.º 36/1975 pretende que o Distrito Federal eleja Deputados e Senadores, alterando, para esse efeito, os artigos 39 e 41 da Constituição; reduz para trinta anos a idade mínima dos candidatos ao Senado, ao incidir sobre o "caput" do art. 41; e, finalmente, disciplina a eleição do Vice-Presidente da República, mediante alteração do § 1.º do art. 77, todos da Constituição Federal.

A eleição de Deputados e Senadores pelo Distrito Federal é problema bem diverso daquele que ocorria no "Município Neutro" do Império, antiga Capital do Brasil, depois Estado da Guanabara e, hoje, Município do Rio de Janeiro e Capital do respectivo Estado. Ainda no período colonial, dispunha aquela cidade de um "Senado da Câmara", eletivo, com funções legislativas, executivas e judiciárias, e só deixou de possuir autonomia política em interregnos ditatoriais, como de 1937 a 1945.

Brasília foi construída para sede do Governo Federal, centro cultural e polo dinâmico da conquista da hinterlândia brasileira. Quantos para cá vieram, sabiam, previamente, que poderiam conservar seus títulos eleitorais e votar nos respectivos Municípios de Origem. Se não há, ainda, brasiliense originário em condições de votar — pois a cidade acaba de completar quinze anos — os oriundos de outros Estados já podem exercer o dever cívico aqui, nos pleitos para Deputados Federais, como ocorreu em 1974.

Discordamos de que a população do Distrito Federal esteja relegada ao "completo abandono político", quando é sede dos mais altos órgãos dos Três Poderes, aqui se realiza a eleição indireta do Presidente da República, como as convenções nacionais dos partidos, com uma imprensa local das mais ativas.

Além do mais, se o Distrito Federal é uma das unidades da Federação, tão diversa é a sua da situação dos demais, que a Constituição lhe reserva um Capítulo próprio do Título I — o Capítulo III aos Estados e Municípios.

Hospedeira dos Tribunais Superiores, das Casas do Congresso Nacional e sede do Poder Executivo Federal, Brasília foi criada para outras finalidades, que poderiam ser conturbadas com a realização de pleitos locais, enquanto seus habitantes não estão proibidos de atividades políticas nem, muito menos, eleitorais, como se verificou no pleito de 1974.

4. Quanto à redução para trinta anos da idade mínima dos candidatos ao Senado, esposamos as ra-

zões apresentadas pelo Senador Luís Viana, aprovadas pela Comissão Mista que opinou sobre as Propostas de Emenda à Constituição números 28 e 55 de 1975, de referência aos membros do Executivo:

"Quanto à idade mínima até hoje fixada, invariavelmente, nas Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967, não acreditamos que a prudência ou a experiência nos conduzam a tal modificação. Pelo contrário, um mundo cada vez mais está a reclamar, dos chefes de Estado, conhecimentos que dificilmente seriam adquiridos antes da idade hoje estabelecida".

O mesmo se diga dos candidatos ao Senado: enquanto a Constituição de 1824 prescrevia a idade mínima de 40 anos, todas as Constituições posteriores passaram a exigir o mínimo de 35 anos para o assento na Câmara Alta, a cuja Mesa cabe presidir o Congresso Nacional.

5. Finalmente, a Proposta em exame assinala na sua justificação:

"Uma terceira alteração respeitosamente sugerimos no texto constitucional, qual seja a de permitir que a Vice-Presidência da República possa ser aspirada e, eventualmente, ocupada por brasileiros também na faixa etária dos trinta aos trinta e cinco anos de idade".

Ora, o Vice-Presidente é o substituto eventual — por vezes definitivo — do Presidente da República. As mesmas razões, que encampamos, apresentadas pelo nobre Senador Luís Viana, naquele preclaro parecer, militam contra esta última proposição.

6. Quanto à Proposta n.º 53, de 1975, pretende:

a) alterar o § 1.º do art. 17 da Carta Magna, para que caiba não mais ao Senado e sim ao Congresso Nacional, legislar sobre o Distrito Federal "e nele exercer a fiscalização financeira e orçamentária, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas";

b) permitir ao Distrito Federal a eleição de Deputados e Senadores, alterando os artigos 39 e 41 da Constituição;

c) para atender ao disposto na letra "a", suprimir o item V do art. 42 (competência privativa do Senado) e o § 7.º do art. 59 da Constituição.

No exame das Propostas anteriores, já apresentamos argumentos contrários aos demais propósitos desta proposição desaconselhada a representação le-

gislativa para o Distrito Federal — restando-nos opinar quanto à eliminação de uma das atribuições privativas do Senado Federal: legislar para a Capital da República.

Justificando tal intuito, diz o Autor:

“As demais alterações e as revogações de dispositivos da Constituição devem-se à necessidade de adaptar os seus termos à existência da representação do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.”

Ora, se opinamos contra a premissa maior, necessariamente teremos como insubsistente a premissa melhor de um silogismo. Assim, inadmitida a representação eleitoral da Capital da República — criada para não tê-la e, decerto, par evitá-la — não há como revogar a competência do Senado para legislar para o Distrito Federal.

Lembramos, finalmente, que a redação sugerida para o § 1.º do artigo 17 da Constituição poderia levar à conclusão de que os problemas legislativos e a fiscalização administrativa do Distrito Federal seriam resolvidos em reuniões bicaudais, isto é, do Congresso Nacional como um todo.

Por estas razões, opinamos pela rejeição das Propostas de Emenda Constitucional números 32 e 36 e 53, de 1975.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1975. — Senador Danton Jobim, Presidente — Senador Saldanha Derci, Relator Deputado Januário Feitosa — Deputado Ricardo Fiúza — Senador Renato Franco — Senador Mattos Leão — Senador Ruy Santos — Deputado Nunes Arbage — Senador Fausto Castelo-Branco Senador Otair Becker — Deputado Nelson Thibau.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 185ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Homenagem tributada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo à memória do Dr. Antônio Madureira Camargo.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Discurso proferido pelo Ministro do Exército, por ocasião do transcurso do Dia do Aviador.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Dedicção do Professor Manoel Pedro Pimentel, à causa da promoção do homem encarcerado.

1.2.2 — Ofício

— Do Presidente da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer, sobre o Projeto de Lei nº 17/75-CN, solicitando prorrogação de prazo concedido àquela Comissão para apresentação de seu parecer sobre a matéria. **Deferido.**

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976, nas seguintes partes:

Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério da Agricultura. **Aprovado**, à Comissão Mista para a redação final.

Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Comunicações. **Aprovado**, à Comissão Mista para a redação final.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 186ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1975

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO OSWALDO ZANELLO — Carta recebida do Contra-Almirante e Engenheiro Naval J.C. de Macedo Soares Guimarães, ex-Presidente da SUNAMAM, defendendo a instalação da unidade de reparos navais em Vitória—ES.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Comentários sobre o livro do escritor fluminense, Amílcar Rodrigues Perligeiro, sob o título “Lavradores do Brasil — História do João”.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Artigo publicado no “SERPINHO”, órgão oficial informativo da Cooperativa Habitacional Operária “SERP” sobre a escolha de Fernando Loureiro para Diretor Administrativo do INOCOOP—GB.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Apelo ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social no sentido da instalação de um posto do INPS em Indaiatuba—SP.

DEPUTADO HILDÉRICO OLIVEIRA — Dia Nacional da Cultura.

DEPUTADO ALCIDES FRANCISCATO — Decisão do Senhor Presidente da República não permitindo um percentual maior no aumento do óleo diesel e do gás liquefeito. Visita do Presidente Ernesto Geisel ao Estado de São Paulo.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* sob o título *Não oprimas teu irmão*.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se dia 6, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 10/75-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976, nas seguintes partes:

Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Minas e Energia. **Aprovado**, à Comissão Mista para redação final.

Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Relações Exteriores. **Aprovado**, à Comissão Mista para redação final.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 185ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1975
1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Lázaro Barboza — Italívio Coelho — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

EOSRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faracó — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Múriilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomantô — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcír Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA;

Lysáneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelinô Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airtton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Cuiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henrique Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonaçlves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito

Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabbardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequet — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 352 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recentemente, numa de suas últimas sessões plenárias, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo homenageou a memória do ilustre dr. Antônio Madureira de Camargo, magistrado aposentado, que prestou relevantes serviços à judicatura do nosso Estado, emprestando às funções, que sempre exerceu com exemplar dignidade e fecundo descortino, o brilho da sua inteligência e os suprimentos de invejável cultura jurídica.

Nascido na cidade de Porto Feliz e formando-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, logo que ingressou na Magistratura foi servir na Comarca de Itapetininga, onde revelou, desde logo, sua extraordinária vivacidade, acendrado espírito público, e, sobretudo, inteira fidelidade aos ideais que abraçara, aliando a perfeita exegese dos textos jurídicos a um espírito plenamente aberto aos humanísticos ditames da equidade.

Na homenagem que lhe prestou o Colendo Tribunal de Justiça de São Paulo, ao fazer-lhe o necrológio, disse o Desembargador Márcio Martins Ferreira, Corregedor Geral da Justiça:

“... Não é justo que nós outros, que viemos, de sucessão, mantendo o prestígio de nossa Magistratura, deixemos em

silêncio o passamento de um colega que, no seu tempo e na sua geração, procurou dar ao Poder Judiciário do Estado de São Paulo o prestígio pessoal da sua inteligência e do seu alto espírito. Interpretando esse sentimento da Instituição a que pertencemos, a mim me parece justo e natural esse gesto de solidariedade à sua memória, deixando consignado o passamento do Doutor Antônio Madureira de Camargo, Magistrado que, pelo seu valor, pela sua capacidade e pelo seu alto espírito de cordialidade, marcou, por onde passou, uma imagem majestosa do Poder Judiciário."

Falando na mesma oportunidade, o Desembargador Henrique Augusto Machado, depois de referir-se a um toque característico da personalidade do ilustre morto — uma "verve inesgotável", com uma ponta de irreverência a alguma predisposição à ironia, que não fere, mas diverte — lembrou:

"Tornara-se amigo de todos os colegas da magistratura, precisamente porque sua presença proporcionava ambiente desanuviado, alegre, descontraído. O ilustre morto, juiz de reconhecida e reafirmada inteireza de caráter, merece referência especial desta Corte."

Propositadamente citei essas justíssimas referências, de homens da mesma grei, de espíritos de igual quilate, de mestres do mesmo ofício, porque, amigo e admirador ferroso de Antônio Madureira de Camargo, talvez os meus conceitos pudessem parecer exagerados, na exaltação dessa figura que deixou um claro entre os melhores juristas da sua geração.

Aproveito o ensejo para endereçar um apelo ao Dr. Lauro Péricles Gonçalves, Prefeito de Campinas, para registrar, perenemente, a passagem, por nossa cidade, do inesquecível magistrado e prestante cidadão. Nascido em outra cidade, ali preferiu ultimar os seus dias. E, quando deixou na terra campineira o invólucro de tão brilhante espírito, seria de bom alvitre, lembrando sempre o quanto estimou a nossa terra natal, providenciasse o ilustre, digno e dinâmico Prefeito de Campinas no ato necessário de gratidão, dando a uma das vias públicas, ainda inominada, daquela cidade, o nome do Dr. Antônio Madureira de Camargo.

Ele podia dizer, como os velhos romanos — *Ubi bene, ibi patria* — onde estou bem, aí é a minha pátria. Campinas foi, realmente, o seu berço de eleição e, ao colher-lhe os restos mortais, ainda não correspondeu inteiramente a tão espontânea escolha e tão estrema dedicação.

Honra ao mérito: Dê-se-lhe o nome de uma das vias públicas da "cidade das andorinhas", como preito de justiça e, sobretudo, de maternal gratidão.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando no exercício da Vice-Governança do ex-Estado da Guanabara, tive oportunidade de presidir, no âmbito estadual, duas Comissões, que pela sua relevância e significado, constituíram-se motivo de honra e orgulho em minha vida pública. A do Sesquicentário da Independência do Brasil e a do Centenário de Santos Dumont. Por isso mesmo, desejei usar desta tribuna, quando das comemorações da "Semana da Asa", para exaltar a aviação brasileira, inda mais que participei da Comissão de Turismo Aéreo do Touring Clube do Brasil, presidida pelo meu velho e saudoso amigo, Brigadeiro Godofredo Vidal, militar ilustre e maçom exemplar, mestre em civismo e um dos incentivadores da minha vida política. Impossibilitado por motivos independentes de minha vontade e cercado pelos dispositivos regimentais, somente agora posso fazê-lo. Mas de que foram e em que termos? Creio que deveria procurar a síntese da epopéia da aviação para situá-la no contexto de nossos dias, e ao ten-

tá-la, mais uma vez, verifiquei que seria impossível limitar-me às suas próprias fronteiras, pois que há de se entender nesse trabalho de construção nacional, de sua unidade, da integridade da Pátria e do resguardo de sua soberania não se dissociam Exército, Marinha e Aeronáutica. E a melhor síntese, para exaltar a Força Aérea Brasileira, está na transcrição do pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Ministro Sylvio Frota, que pelo alto sentido patriótico e a oportunidade em que foi proferido, pelos seus conceitos, mormente pela sua afirmação de brasilidade, deve ser meditado por todos os brasileiros, o qual passo a ler, para enriquecer os Anais do Congresso Nacional.

"Há datas, na história das nações, que rememoram as virtudes e vocações maiores de seus filhos. É o que ocorre, precisamente, com a de 23 de outubro — Dia do Aviador — que, marcando o início, no ano de 1906, da conquista do espaço aéreo por aparelhos mais pesados do que o ar, é extremamente cara e significativa para todos nós pela decisiva participação naquele evento, do genial brasileiro Alberto Santos Dumont, hoje, insigne patrono da gloriosa Força Aérea Brasileira.

Aquela época o 14-Bis, deslizando graciosamente no céu, perante a população emocionada da culta e cosmopolita Capital da França, concretizou as lendárias aspirações icárias — do homem voar — saindo do labirinto de idéias confusas, que balburdiavam a solução de tão importante problema, sem afogar-se nas águas da incerteza e da incredulidade que cercavam seu inventor.

Eis por que, Sr. Ministro, sinto insuperável satisfação e justificado orgulho em saudar, em nome da Marinha e no do Exército, os companheiros da Força Aérea Brasileira, cujos arrojo e tenacidade, escudados em sólida e responsável formação profissional, fazem-nos respeitados e admirados, nos mais longínquos rincões da nossa grande Pátria.

Na magnífica epopéia do Correio Aéreo Nacional, afloraram todos esses atributos, imprescindíveis às missões de solidariedade nacional que tanto enalteceram aquela organização. O aviador é o nômade do espaço, pois, na ânsia incontida de novos horizontes, desloca-se sempre. Foi ele que impulsionado pelo espírito de pioneirismo e pela audácia dos verdadeiros conquistadores, ajudou a levantar o manto de isolamento que pairava, há séculos, sobre nossas fronteiras. É, nas guarnições distantes, o apoio que se deseja, a compreensão que conforta e a presença que integra.

Os heróicos desbravadores da década de 30: Montenegro, Lavenero, Eduardo Gomes, Araripe Macedo, Ismar Brasil e muitos outros, tiveram nos aviadores contemporâneos lídimos continuadores. Na guerra e na paz evidenciaram possuir os mesmos sentimentos de patriotismo, sacrifício e perseverança daqueles pioneiros.

A seqüência de fatos e acontecimentos que compõem a história, confirmam esta assertiva.

No panorama de ameaças e incertezas que angustiava o País na luta contra as nações nazi-fascistas, foi a Força Aérea Brasileira que, em exaustivas missões de transporte, patrulhamento, cobertura aérea dos comboios e luta anti-submarino — em estreita e perfeita cooperação com a nossa valorosa Marinha de Guerra — conseguiu assegurar a indispensável ligação entre o Norte e o Sul do Brasil.

A sua eficiência, na Península Itálica, na luta que travamos, nas frígidas vertentes dos Apeninos, é uma das mais belas páginas de nossa história militar.

Nós, do Exército — permita-me o Exmo. Sr. Ministro Azevedo Henning a menção deste fato que toca mui de perto à Força que represento — nunca esqueceremos a decisiva contribuição do bravo e arrojado 1º Grupo de Caça para a conquista de Monte Castelo, eliminando, na véspera do ataque ao quase inexpugnável baluarte alemão, a resistência

de Manzzancana que, cravada no flanco do dispositivo brasileiro, impedia avançássemos.

Ao término do sanguinolento conflito, retomou a Aeronáutica suas tarefas de dotar o País das condições adequadas a uma rápida e segura expansão da nossa aviação — militar e civil. Suas realizações neste campo têm sido notáveis, em particular, nos setores da infra-estrutura aeroportuária, da pesquisa, da indústria e da tecnologia aeroespacial. O Aeroporto Internacional do Galeão, o Centro Técnico Aeroespacial, o campo de lançamento de foguetes da Barreira do Inferno e a EMBRAER são marcos fulgurantes e indestrutíveis, que materializam nossos legítimos anseios, na radiosa caminhada para a condição de potência aérea.

Muito poderia dizer, ainda, Sr. Ministro, sobre os feitos da Força que V. Ex^a tão superiormente comanda. Creio, todavia, que pelo inesgotável da matéria, fugiria à finalidade desta saudação fraternal. Quero, entretanto, reafirmar a inquebrantável confiança da Marinha — em cujo nome tenho, neste momento, a suprema honra de falar — e do Exército, nas excelsas virtudes cívicas e militares de nossos irmãos integrantes da Força Aérea Brasileira.

Em defesa dos nossos ideais democráticos e dos genuínos interesses do povo brasileiro, as Forças Armadas jamais se dividirão. Assim o foi no passado em 1964, e assim o será todas as vezes em que a Pátria defrontar-se com suas mais sérias e graves opções. Unidos, marinheiros e soldados, reverenciando, respeitosamente, a memória de Alberto Santos Dumont, apresentam a V. Ex^a calorosas felicitações pela passagem do Dia do Aviador."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ocupo esta tribuna para registrar o extraordinário devotamento do Professor Manoel Pedro Pimentel, um dos mais destacados penalistas brasileiros, à causa da promoção do homem encarcerado.

Na oportunidade, ressalto a sua operosidade à frente da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, quando sustenta:

Pena não deve ser castigo

A recuperação dos delinquentes e a redução da criminalidade são duas constantes na ação do professor Manoel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça, inteiramente dedicado à reforma do sistema de penas e à idéia da Prisão-Albergue.

Advogado criminal durante muitos anos, depois magistrado e agora ocupando importante posição no Governo do Estado, possui o professor Manoel Pedro todas as qualidades para levar a cabo a missão que se impôs: implantar o regime de prisão-albergue em todas as Comarcas do Estado de São Paulo.

O trabalho é exaustivo e amplo pois trezentas Comarcas reclamariam a atenção das medidas recuperadoras. Já se vê que a denominação "Casa de Albergados" representa a necessidade preliminar de destinação específica de imóveis com acomodações suficientes. Depois, surgirá outro requisito, consistente em instalações adequadas; mais além virá o problema de manutenção, satisfeitas então as necessidades econômicas do Instituto. Por fim, e muito importante também, surgirá a obrigatoriedade de conscientização do povo para o esforço comunitário.

Partindo de pouco o Secretário da Justiça vem conseguindo resultados entusiasmantes. Em primeiro lugar, catalisou as entidades de classe e clubes de serviço. É sabido que tais sociedades possuem núcleos na maioria das

Comarcas do Estado. Tais células, reunidas em cada município, se encarregarão, junto com o Poder Judiciário, Ordem dos Advogados, Ministério Público e autoridades policiais, da implantação do sistema.

Os Poderes Públicos Municipais têm, nesta equação responsabilidade. A criminalidade é curiosa. Ela se difunde ou regride em função do meio social. Indaga-se muita vez o porque do baixo índice de criminalidade em alguns pontos do Estado. Baixa densidade demográfica, condições melhores de sobrevivência, boa assistência social, tudo nisso influi na retenção de tendência à marginalidade. Famílias bem constituídas geram poucos criminosos. Ambientes ruins, baixos salários, desemprego, omissão nos trabalhos de assistência médica e educacional promovem evidentemente, a multiplicação de conseqüências danosas ao indivíduo e à comunidade.

O professor Manoel Pedro Pimentel situou em dois por cento o índice de criminalidade entre as classes abastadas. Esta porcentagem é uma constante no mundo inteiro, significando que a raiz do problema tem características eminentemente sócio-econômicas.

No Brasil, três tipos de crimes lotam as prisões: a — patrimoniais; b — contra as pessoas; c — lidadores de entorpecentes e substâncias análogas. A primeira e a última categorias envolvem-se estreitamente com a má-formação do indivíduo, compreendidas na expressão as deformações advindas da falta de cultura, contágios deletérios e vida familiar desregrada.

Eis aí o quadro genérico da situação. O Estado sozinho não tem condições de resolvê-la. É preciso encarar o problema com muita efetividade. Não resolve nada o cidadão dizer que paga seus impostos e que, portanto, o Poder Público tem obrigação de solucionar o problema carcerário. Em certas cidades da América do Norte, o povo se recolhe e se fecha com medo da noite, pois nas ruas se torna presa fácil dos criminosos. Lá, quem sabe, se tenha perdido a esperança de recuperação. Aqui não. Não acreditamos na pena-castigo. Ela deve trazer dose grande de compreensão e ser o primeiro passo de regeneração.

O povo pode fazer muito. As estruturas domésticas devem ser aparelhadas para isolar o problema em cada Município e resolvê-lo. O dinheiro, neste passo, é importante. Mas não é tudo. Ter dinheiro não é fácil; mais difícil, no entanto, é ter e dispor de um pouco de tempo para amparar o próximo. Isolamo-nos na realidade de cada célula primária. Resolver onde se educarão nossos filhos, como sentirão menos frio, qual a vocação de cada um, onde situar-se a nova casa, quais as perspectivas de melhoria de vida, são idéias que tomam conta do cidadão, deixando-lhe pouco para os outros. Mas o esforço comunitário exige que sempre sobre um pedaço para o próximo. Na vida moderna, os pensamentos valem na medida exata em que impressionam uma ação. Não fosse pelo espírito cristão, o esforço valeria pelos resultados redutores da criminalidade. Não há ninguém tão pobre que não possa dar ao menos um sorriso...

Para mim, prosseguiu o Secretário da Justiça, a implantação de casas de Albergados tornou-se um apostolado. Percorrerei, se necessário, todas as Comarcas do Estado, brigando pela idéia, auxiliando as comunidades, unindo-as no objetivo comum. Se o Estado não pode fazer tudo, nós podemos, nos limites territoriais de nossas cidades suprir, no interesse dos outros, e no nosso interesse, as deficiências encontradas. Os albergados são pessoas que apresentam, regra geral, ótimas condições de recuperação.

Foram segregados da sociedade. Ela é um pouco culpada pela segregação. Que cada qual de um pouco. O tempo é precioso. Um pouco do tempo de cada um, quando

mais não seja, tornará mais objetivo um sonho que já é em parte uma realidade. Muitos municípios fundaram e mantêm Suas Casas de Albergados. Basta estendê-las a outros. Se alguns conseguiram, fazendo-o com meios materiais insuficientes, todos poderão consegui-lo.

A Secretaria da Justiça põe à disposição de todos os organograma geral e instruções pormenorizadas sobre a instalação e manutenção de "Casas de Albergados". No momento, prepara-se o regimento básico que uniformizará o funcionamento dos institutos. Não temos pressa. O plano há de ser desenvolvido com cuidado e pertinácia, dependendo seu sucesso mais do povo que de mim.

A Coordenação do Regimento base foi deferida ao Juiz José Waldecy Lucena. Ele explica os trabalhos da Comissão: "Trata-se de redigir um Estatuto que, constituído por dispositivos padronizados, não impeça, apesar disso, a maleabilidade necessária a que cada "Casa de Albergado" possa desenvolver-se de acordo com as tendências e características de cada região. Os estudos estão bastante adiantados. Acredito que nos próximos dias a Comissão já possa oferecer, definitivamente redigido. Regimento que atenda às finalidades de implantação e manutenção de Casas de Albergados, única solução para o problema carcerário no Estado de São Paulo e no Brasil

Já não é preciso dizer mais nada para justificar minha presença nesta tribuna a fim de congratular-me com o eminente jurista paulista. Isto é o bastante!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Zanello. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período de breves comunicações.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1^o-Secretário.

É lido o seguinte

Em, 04 de novembro de 1975.

Do Exm^o Senhor Deputado Erasmo Martins Pedro
DD. Presidente da Comissão
Ao Exm^o Senhor Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer, sobre o Projeto de Lei nº 17, de 1975 (CN), que "Institui sistema de assistência complementar ao Atleta Profissional e dá outras providências", solicito a V. Ex^a, a prorrogação por mais 06 (seis) dias do prazo concedido a este órgão para apresentação de seu parecer, que se encerra no dia 06 (seis) de novembro de 1975.

Outrossim, esclareço que tal pedido se justifica pela importância da matéria objeto de estudo e que está a exigir do Ilm^o Senhor Relator, Deputado Aécio Cunha, um prazo mais dilatado para elaboração do seu parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex^a, os protestos de estima e consideração. — Erasmo Martins Pedro, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência defere o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tendo sido publicados os Pareceres nºs 112 e 114, de 1975-CN, da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976, relativos ao Subanexo — Poder Executivo — partes corres-

pondentes aos Ministérios das Minas e Energia e das Relações Exteriores, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezenove horas, neste plenário, destinada à apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, das seguintes partes do Projeto de Lei nº 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1976:

1 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério da Agricultura;

2 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Comunicações.

Com referência aos itens constantes da pauta da presente sessão, a Presidência esclarece terem sido apresentadas 156 emendas na parte relativa ao Ministério da Agricultura e 367 na parte relativa ao Ministério das Comunicações, todas rejeitadas pela Comissão Mista de Orçamento.

O pronunciamento dessa Comissão, consoante dispõe o § 1^o do art. 94, do Regimento Comum, será conclusivo e final, salvo "se 1/3 (um terço) dos Membros da Câmara dos Deputados e mais 1/3 (um terço) dos Membros do Senado Federal requererem a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão" (art. 66, § 3^o, da Constituição).

Decorrido o prazo previsto no art. 97 do Regimento Comum, e não tendo sido apresentado nenhum requerimento para que as emendas fossem submetidas à deliberação do Congresso, a Presidência irá submeter ao Plenário apenas o Subanexo Poder Executivo — partes referentes ao Ministério da Agricultura e ao Ministério das Comunicações.

Com esses esclarecimentos, passa-se ao Item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério da Agricultura, tendo Parecer sob nº 105, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas apresentadas de nºs 1 a 156.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério da Agricultura — queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Comunicações, tendo Parecer, sob nº 106, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas apresentadas, de nºs 1 a 367.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Comunicações — queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 186ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Accioly Filho — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

EOS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frola — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDP; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA;

Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira —

MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Weissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysáneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francellino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinalv Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Henri-

que Fanstone — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Oswaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Ariundo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 352 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Zanello.

O SR. OSWALDO ZANELLO (ARENA — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recebi significativa carta do Contra-Almirante e Engenheiro Naval J. C. de Macedo Soares Guimarães, ex-Presidente da SUNAMAM e técnico do mais alto gabarito.

Transcrevo, para que conste dos Anais, o teor de sua importantíssima missiva, na qual aquele estudioso dos assuntos de reparação naval afirma-se defensor da instalação da grande unidade, para navios de 300.000 toneladas de peso bruto, na Capital do Estado do Espírito Santo.

Eis as palavras insuspeitas do Almirante:

"Li ontem, em o *Jornal do Brasil*, trechos do seu discurso sobre a instalação do estaleiro de reparos navais em Vitória. V. Ex^a está com toda a razão quanto à localização do mesmo. Remeto, junto, cópia de artigos meus publicados no *Jornal do Brasil* que defendem a tese (o *Jornal do Brasil* como vê, não foi tão parcial").

Sou insuspeito para o que escrevi, pois além de ter sido Superintendente da SUNAMAM sou fluminense de muitas gerações. Espero que isto vá ajudar seus argumentos".

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é dos mais valiosos o apoio que o estaleiro capixaba recebe. Estou certo de que as autoridades federais darão ao assunto a prioridade que ele merece e não se deixarão seduzir por falsas e solertes premissas.

O Governo federal estará atento, estou convencido, única e exclusivamente ao desenvolvimento harmônico e integrado do País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Acabo de ser presenteado pelo festejado escritor fluminense, Amílcar Rodrigues Perlingeiro, com um exemplar do seu último livro "Lavradores do Brasil — História do João". A sensibilidade do seu ilustre autor encontra e comove ao mesmo tempo, especialmente quando recorda fatos ocorridos com o seu pranteado progenitor, Francisco Perlingeiro, autêntico e sempre lembrado líder agrário.

Sr. Presidente, na oportunidade, desejo ler alguns tópicos do aplaudido trabalho para que constem dos Anais do Congresso Nacional, como preito de admiração dos fluminenses que estão orgulhosos, como o ilustre conterrâneo, por sua maravilhosa obra literária que se ajusta às gloriosas tradições de cultura do valoroso povo da Velha Província.

O Agrário

O que fazes aí, famélico gigante, com as vestes rotas, longa e desgrenhada cabeleira, membros exaustos à beira da estrada?

Não vês que te esmagam sem dó e nem piedade: dize quem és!

— "Eu sou o Agrário, que revolve a terra, e os frutos colho de um labor constante; não me é dado, porém, saboreá-los, porque ignoto destino toma o que prodigaliza a Natureza; assim, faltam-me as forças".

Ouças, pois, os conselhos do Velho Lavrador, precursor da sua regeneração:

"Repilas os bajuladores, saibas discernir o bem do mal, reconheças os homens pelo que fazem, não pelo que dizem".

Assim, terás a realização de teus sonhos.

(Trechos de um artigo de Francisco Perlingeiro, publicado no *O Agrário*, em 1^o-12-1908).

Nota — O artigo refere-se ao lavrador em geral, pois em 1908 não havia a distinção que hoje fazem.

Prefácio

O autor é um idealista. Daqueles raros de se encontrar em carne e osso. Como advogado, como juiz, é sempre sensível aos problemas alheios, esquecendo-se dos próprios.

Este livro não é só a experiência de longos anos de vivência. É a extravasão de um problema que o angustia, tritura a sua alma e tira-lhe a tranquilidade. Fruto de uma longa hibernação, o seu eu amargurado explode neste livro como um grito, num apelo desesperado. Não sendo ele vítima, por ver a injustiça sem poder remediá-la.

O livro é o consenso, a soma e o resumo de sua própria experiência. Filho de grande fazendeiro de café do Norte Fluminense, no princípio deste século até a década de 40, o seu pai era um tipo patriarcal evoluído, viajado, atualizado. Para a sua fazenda — Trinácia — convergiam os lumináres que ele conseguia empolgar com o seu entusiasmo envolvente e ali se discutiam e se publicavam em jornal impresso na própria fazenda, "O Agrário", os assuntos palpitantes da época. Quando se mudou para a cidade fundou um colégio, que está se transformando em Faculdade, instalou luz elétrica na região e construiu as melhores casas.

O problema rural do Brasil é portanto acompanhado pelo autor desde o embrião. Como parte, na infância e na mocidade. Como advogado durante quase meio século, ora defendendo o patrão, ora o empregado. Como juiz, julgando as duas partes. Num convívio sem segredos e sem reservas. Desse livro, fez um livro, que é substância do seu próprio mundo. (William Macneille Dixon).

Afinal, é fruto de quem lida com o mundo e com os homens.

Antes de ser uma obra literária, tem uma mensagem sociológica para os cientistas sociais e políticos, para aqueles que comandam os difíceis condutos decisórios; governantes, legisladores, magistrados e estudiosos.

Como professor de história, considero como uma obra sociológica que se insere num conjunto de estudos elaborados pelos mestres do pensamento que se preocupam com o comportamento e destino do homem do nosso tempo.

(Afonso Parente)

Prefácio do Autor

Sou filho de lavrador. Passei a infância e mocidade em uma fazenda, em contato direto com lavradores, patrões e empregados, onde se discutiam todos os problemas da lavoura em um clube (Clube Agrícola de Miracema), com um programa definido, escrito.

Tinha um semanário impresso na fazenda (*O Agrário*), e uma revista (*Lamentos da Lavoura*), em que se publicavam artigos dos sócios e de pessoas interessadas nos problemas rurais.

Depois, em virtude da profissão, vivendo num município agrícola, passei a vida ainda em contato direto com a lavoura.

Sendo essa a minha origem e meu meio, não poderia deixar de manifestar-me sobre a lei que rege as relações de trabalho no campo. No meu entender ela foi feita por quem não tem o mínimo conhecimento da vida rural, tal o seu afastamento da realidade.

Criou uma situação de intranquilidade e desconfiança que está destruindo a organização da lavoura, prejudicando a produção.

Parece que há uma intenção de se organizar a lavoura nos moldes empresariais. Todos sabem que as empresas não distribuem dividendos. Para distribuírem uns míseros seis por cento ao ano há uma lei em andamento para obrigá-las a tal. Mas, mesmo que essa lei seja promulgada, dificilmente conseguirá o seu objetivo.

Ninguém porá seu capital em empresas agrícolas, pois o lucro é ainda menor do que nas atividades industriais ou comerciais.

Muitos países já tentaram mudar o sistema individual da exploração da terra, mas o sistema não funcionou.

Convicto de que qualquer mudança nesse sentido é prejudicial ou, pelo menos, prematura, resolvi escrever este modesto livro. Se não convencer aos poucos que o lerem, pelo menos fico com a consciência tranqüila de ter cumprido com o meu dever para com os meus antepassados.

Pádua, julho 1975

A História do João prossegue:

—“O homem precisa fazer força desde cedo para saber o que é a vida. Eu comecei quando era da idade dele, ou mais cedo, por isso tenho alguma coisa, não perdi nada com isso, até ganhei, aprendi a trabalhar. Não podemos perder tempo, precisamos deixar de trabalhar no que é dos outros, deixar de ser empregados para ser donos. Enquanto não tiver condições de comprar um pedaço de terra, não ficarei satisfeito. Os filhos têm que me ajudar, no final é deles mesmos. Um patrimônio que fica para não terem como eu de trabalhar no que é dos outros. Além disso, o proprietário é respeitado, é considerado, todo mundo o trata bem. Não vê como tratam o patrão? Ninguém dá importância a um empregado.”

Já não é preciso aditar outras razões, para justificar minha presença nesta tribuna, a fim de congratular-me com o consagrado contista fluminense, por sua extraordinária obra literária e sociológica.

Isto chega!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Tenho constantemente abordado desta tribuna temas ligados ao Sistema Nacional da Habitação, procurando, sem apelos à demagogia, com objetividade, analisar os problemas e buscar soluções que encontrem respaldo na realidade brasileira.

Julgo que o ajustamento do cooperativismo ao problema habitacional é medida altamente positiva, e, evidentemente, nesse setor há que se dar ênfase às Cooperativas Habitacionais, prestigiando-lhes as iniciativas, cercando-as dos elementos informativos e técnicos necessários para o seu desenvolvimento e, sobretudo, revestindo-as do crédito de opinião indispensável à sua conceituação no seio do povo.

Elemento valioso para tal fim é o veículo de informação que leve ao cooperativado ou àqueles que buscam conhecer o mecanismo das cooperativas os dados necessários. Por isso mesmo os órgãos que constituem a imprensa especializada nessa divulgação, quase todos específicos, devem receber os nossos aplausos.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, o número 81 de **O Serpino**, órgão informativo da Cooperativa Habitacional Operária **SERP**, dirigido por Ary da Costa Souza, contendo exuberante material informativo sobre diversos conjuntos habitacionais, no que presta um excelente serviço comunitário. Nele encontro, de autoria do seu próprio Diretor, artigo sobre a escolha de Fernando Loureiro para Diretor Administrativo do **INOCOOP — GB**, o qual passo a ler, para constar dos Anais do Congresso, pois representa um ato de justiça e é uma contribuição e estímulo ao esforço daqueles que se dedicam ao cooperativismo habitacional, ainda mais que tece considerações oportunas sobre o “retorno do plano de cooperativas operárias”:

“A escolha do companheiro Fernando Loureiro para Diretor-Administrativo do **INOCOOP — GB** nos parece que foi uma das melhores indicações, desde a criação do

INOCOOP — GB, pois as Cooperativas Operárias reivindicavam a indicação de um representante de Cooperativa na Administração do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado da Guanabara. O companheiro Loureiro foi um dos abnegados que, desde a sede velha do **BNH**, em salas apertadas no Palácio do Catete, onde o Dr. João Machado Fortes, Dr. Rodriguinho, Dr. Helly, Dr. Paulo Zenha, Dr. Sylvio e outros dirigentes de Cooperativas batalhavam para a fundação das Cooperativas Habitacionais Operárias e hoje este sonho se tornou realidade.

Na solenidade da passagem de cargo do Dr. José Pereira da Fonseca (um dos melhores Diretores Administrativos que passaram pelo **INOCOOP — GB**) para o Sr. Fernando Loureiro, a afirmação do Dr. João Machado Fortes em voltar a acompanhar o Plano Operário ia muito bem, mas as constantes mutações e retiradas de poder dos Dirigentes de Cooperativas e a entrada dos Agentes Financeiros no Programa, isto tudo gerou a paralisação do Programa e a elevação do seu Custo.

Esperamos que o companheiro Loureiro mantenha seu ponto de vista e que a Renda Familiar volte à realidade do salário do trabalhador e que a burocracia, como também o Programa, adquiram velocidade, porque esses são uns dos fatores que oneram o Programa. Portanto, vamos retornar ao que estava certo e esperamos também que os Diretores de Cooperativas sejam considerados Dirigentes e não meros assinadores de cheques e papéis.

Vejamos como é o caso da Cooperativa Habitacional Operária — **SERP**, a voltar a ter Programas como é desejo dos Sindicatos Filiados, de Federações e Confederações que, inclusive, se dirigiram por escrito ao **BNH**, solicitando que a Cooperativa **SERP** voltasse a ter novos Projetos.

Esperamos que o Programa não continue com o braço quebrado como o do companheiro Loureiro, que tomou posse com o braço engessado.”

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldomiro Gonçalves. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Abrigando uma população que já se avizinha das quarenta mil almas, Indaiatuba é um município que se caracteriza sobretudo por sua excelente produtividade, servido do espírito empreendedor de sua gente e assistido não só das qualidades da sua terra como da vizinhança de Campinas, cujo progresso contagia o desenvolvimento de todos os municípios de sua região de influência.

Tanto a lavoura — sobretudo no que concerne ao milho e ao tomate — quanto a indústria — especificamente a dos têxteis — empregam extensa mão-de-obra, vale dizer, é numeroso o contingente de trabalhadores de Indaiatuba vinculado ao Instituto Nacional da Previdência Social. Todavia, aquele numeroso grupo de assalariados de Indaiatuba não conta, como de direito e de justiça, com uma agência local do **INPS** e se vê forçado, diuturnamente, a se deslocar para a sede do próximo município — o de Salto — para tratar de todos os assuntos pertinentes à previdência social.

Só a sede do Município de Indaiatuba tem uma população próxima dos 25 mil habitantes; e apenas essa realidade já acentua a inconveniência da inexistência de uma repartição própria capaz de poder assistir a interesses os mais legítimos.

Acolhendo as queixas da população, todas justas e sensatas, todas as expressões legítimas de Indaiatuba reivindicam que o **INPS** instalasse na cidade uma agência, sobretudo porque os anteriores critérios de não existência de repartições do **INPS** num raio de 30 quilômetros já têm sido abandonados.

Diante disso, o então Superintendente do INPS, em 1974 em visita especial que fez a Indaiatuba, garantiu que ali se instalaria a agência-posto do INPS, desde que a Prefeitura oferecesse a sua colaboração, que se materializaria na forma de local próprio para o funcionamento do posto.

O Município desde logo se prontificou a colaborar, pois ninguém aceita que imensos contingentes de trabalhadores e de seus dependentes continue a se deslocar, cotidianamente, para a cidade de Salto, em busca daquilo a que, legalmente, têm direito. E a imprensa local anunciou, então, a breve inauguração da agência reclamada.

Um ano, porém, já decorreu desde a promessa. E o INPS até hoje não agiu em consonância com a promessa feita. Toda a população assalariada de Indaiatuba continua desservida da agência local do INPS, continuando todos os segurados e suas famílias a padecer com isso, obrigados a um deslocamento constante, e oneroso, para um município vizinho cuja agência, muito naturalmente, já se encontra sobrecarregada com os problemas locais.

Daí por que, cobrando a promessa havida, e para a qual o Município de Indaiatuba logo contribuiu com o oferecimento de um próprio para a instalação da respectiva sede, apelo para o honrado Ministro da Previdência e Assistência Social no sentido de que determine a rápida instalação de uma agência do INPS em Indaiatuba, cujo povo não pode continuar desassistido e ao desamparo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hildérico Oliveira.

O SR. HILDÉRICO OLIVEIRA (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, comemorase hoje o Dia Nacional da Cultura. Assim acontecendo, várias homenagens devem ser prestadas aos vultos culturais que nos têm engrandecido. Coincidentemente, hoje é data do nascimento de Rui Barbosa, a maior expressão cultural do Brasil. Na Bahia esta data é condignamente comemorada, dado o apego e a atenção que temos e que damos aos bens culturais. Destarte, o Conselho Estadual de Educação preparou uma programação condigna com esta data. Igual procedimento tiveram a "Casa de Rui" e a Associação Baiana de Imprensa.

A Academia Baiana de Letras está, também, comemorando tal efeméride; assim é que inaugurará logo mais as novas instalações de sua biblioteca, que terá cerca de 5 mil volumes. Devemos acrescentar que, para a preservação de sua biblioteca, a Academia de Letras da Bahia contou com a ajuda material de outras entidades, dentre elas a Associação Baiana de Imprensa, de organizações de classes produtoras, de pessoas e de várias empresas, demonstrando, assim, como dissemos há pouco, o movimento de proteção e estímulo à cultura, devendo observar-se, também, que já está assegurado o auxílio oficial à Academia.

Infelizmente, Sr. Presidente, temos a lamentar que, na Capital do País, nenhuma homenagem seja prestada a esta data. Para tristeza maior, até a imprensa brasiliense silenciou ante tal data, sinal evidente de que a cultura, entre nós, ainda é relegada a plano secundário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Franciscato.

O SR. ALCIDES FRANCISCATO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Por dois motivos compareço a esta tribuna, ambos relacionados com o Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel.

O primeiro, diz respeito à decisão de Sua Excelência não permitindo aumento exagerado do óleo diesel, combustível tão necessário para a movimentação de nosso sistema de transportes rodoviários, seja no setor de passageiros ou no de cargas:

Foi uma medida de grande alcance social, porque impediu a elevação dos preços de muitos artigos de primeira necessidade, tanto no interior como na Capital do Estado de São Paulo.

Por outro lado, a não elevação do preço do gás liquefeito evitou maior aumento do custo de vida, principalmente nos lares menos aquinhoados pela sorte.

Foram duas providências que confirmam o interesse do Presidente Geisel no sentido de que não se agravem os problemas econômicos dos lares brasileiros, situados nas classes média e inferior.

O segundo motivo foi a presença de Sua Excelência em São Paulo, onde foi assistir a várias solenidades públicas e o fez de tal forma, como de costume, que foi como uma chuva de água fria acalmando o calor provocado por um acidente lamentável.

A visita do Presidente devolveu aos paulistas a calma de que necessitam para levar adiante sua colaboração com as elevadas finalidades da Revolução. Ernesto Geisel não teve dúvidas em quebrar o protocolo, misturando-se àqueles que o aclamavam, principalmente crianças, porque sabe S. Ex^a que São Paulo honra suas tradições de gente trabalhadora e culta, a que não interessa alcançar pela violência o que pode ser obtido pela razão e pela justiça social. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Pediria explicação e informes às competentes autoridades brasilienses acerca do que assevera o documento dos bispos do Estado de São Paulo. O título do documento é: "Não oprimas teu irmão". Gostaria de saber se há prisões de que fala o documento.

Transcrevo um trecho de *O Estado de S. Paulo*, do dia 30 de outubro de 1975.

É o seguinte:

"Um documento elaborado ontem em Itaici, pelos bispos do Estado de São Paulo, intitulado "Não oprimas teu irmão", deverá ser lido em todas as igrejas nos dias 2 ou 9 de novembro, ficando ainda a critério de cada diocese e divulgá-lo mais vezes durante aquela semana. O texto refere-se aos últimos acontecimentos "que vem inquietando a tranquilidade social e a consciência cristã": prisões indiscriminadas de jornalistas, operários e outros profissionais, em São Paulo e em todo o País.

Ressaltando que "nem mesmo o crime justifica a violação dos direitos humanos", os bispos reiteram em Itaici as graves advertências contidas em sua mensagem de Brodosqui, denominada "Testemunho de paz", elaborada em junho de 1972: "Não é lícito efetuar prisões sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao juiz competente dentro do prazo legal" e ainda "não é lícito utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas, métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até a mutilação e até a morte, como tem acontecido".

D. Candido Padim, bispo de Bauru e D. Antonio Afonso de Miranda, de Lorena, que receberam a imprensa, ontem, em nome dos participantes da Assembléia-Geral Regional, explicaram que a atitude da Igreja frente à atual situação "é um ato religioso, não partidário e não classista, mas uma maneira cristã de responder". Segundo os bispos, o documento "Não oprimas teu irmão" foi também resposta dos bispos de São Paulo à carta da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, que relatou, no segundo dia da Assembléia, em Itaici, os últimos acontecimentos. Depois de pedir que todos façam, no dia 14 de novembro, oração e jejum, "pedindo a Deus pela paz e pela Justiça em nossa Pátria", os bispos soli-

citam — incentivando a atividade ecumênica — que pessoas de outras religiões unam-se aos católicos nas preces pelos motivos expostos.

“Torpes calúnias”

Além do comento “Não oprimas teu irmão”, foram elaborados mais dois documentos pelos bispos de São Paulo: “Mensagem ao povo cristão e aos legisladores”, sobre o problema do divórcio, e “Carta de solidariedade aos bispos que estão sendo alvo de torpes calúnias”.

Este último documento dos bispos “é uma defesa da integridade moral de nossos pastores, caluniados anonimamente pela covardia daqueles que se ocultam nas trevas porque têm medo da luz e usam a arma da calúnia por não terem armas iguais de verdade para lutar pelo bem”. Trata-se de uma carta de solidariedade enviada a D. Aloysio Lorscheider, Presidente da CNBB; D. Pedro Casaldaliga, bispo de São Félix do Araguaia, D. Hélder Câmara; D. Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo; e D. Ivo Lorscheiter, Secretário-Geral da CNBB.”

Por esta transcrição, compreende-se: há necessidade de esclarecer-se, à Nação, o de que os bispos falam. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Esgotado o período de breves comunicações.

Tendo sido publicados os Pareceres N^{os} 107 e 115, de 1975-CN, da Comissão Mista de Orçamento, sobre o Projeto de Lei n^o 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União Para o Exercício Financeiro de 1976, relativos ao Subanexo — Poder Executivo — partes correspondentes aos Ministérios do Exército e da Saúde, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, das seguintes partes do Projeto de Lei n^o 10, de 1975-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1976:

1 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Minas e Energia;

2 — Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Relações Exteriores.

Com referência aos itens constantes da pauta da presente sessão, a Presidência esclarece terem sido apresentadas 4 emendas na parte relativa ao Ministério das Minas e Energia e 1 na parte relativa ao Ministério das Relações Exteriores, todas rejeitadas pela Comissão Mista de Orçamento.

O pronunciamento dessa Comissão, consoante dispõe o § 1^o do Art. 94, do Regimento Comum, será conclusivo e final, salvo “se 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados e mais 1/3 (um terço) dos membros do Senado Federal requererem a votação em

plenário de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão” (Art. 66, § 3^o, da Constituição).

Decorrido o prazo previsto no Art. 97 do Regimento Comum, e não tendo sido apresentado nenhum requerimento para que as Emendas fossem submetidas à deliberação do Congresso, a Presidência irá submeter ao Plenário apenas o Subanexo — Poder Executivo — partes referentes ao Ministério das Minas e Energia e ao Ministério das Relações Exteriores, tendo

Com esses esclarecimentos, passa-se ao item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Minas e Energia, tendo Parecer, sob n^o 112, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário às Emendas apresentadas, de n^{os} 1 a 4.

Em discussão a matéria.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra para discuti-la, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Minas e Energia, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Relações Exteriores, tendo Parecer, sob n^o 114, de 1975-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo e contrário à Emenda apresentada, de n^o 1.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra para discutir a matéria, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — parte referente ao Ministério das Relações Exteriores — permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

TRÂNSITO

Legislação atualizada
Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados
Legislação especial e correlata
Ilícitos penais do Trânsito
Resoluções do CONTRAN
Notas — Comparações — Remissões
Furto de uso

“Revista de Informação Legislativa” nº 38

452 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as
alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas.

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50